



## ARTIGO ORIGINAL

## A RELAÇÃO DIAGNÓSTICO PSIQUIÁTRICO E CRIMES PRATICADOS POR INTERNOS DE UMA PENITENCIÁRIA PSIQUIÁTRICA FORENSE

### THE RELATIONSHIP PSYCHIATRIC DIAGNOSIS AND CRIMES COMMITTED BY INTERNALS OF A FORENSIC PSYCHIATRIC PRISON

### LA RELACIÓN DIAGNÓSTICOS PSIQUIÁTRICOS Y CRÍMENES COMETIDOS POR LOS PRESOS DE UNA PENITENCIARÍA PSIQUIÁTRICA FORENSE

Emanuella Kelle Veras de Lima<sup>1</sup>, Odinéia Batista Arantes Lima<sup>2</sup>, Gerson da Silva Ribeiro<sup>3</sup>, Leila de Cássia Tavares da Fonsêca<sup>4</sup>, Francelaide de Araújo Rodrigues<sup>5</sup>

## RESUMO

**Objetivos:** traçar o perfil sócio demográfico dos internos de uma penitenciária psiquiátrica forense; identificar a relação entre diagnóstico e crimes praticados pelos internos. **Método:** estudo retrospectivo, com abordagem quantitativa, realizado em uma penitenciária psiquiátrica forense da Paraíba, com 50 prontuários de internos. Os dados foram coletados por meio de um formulário e as informações foram tabuladas e analisadas a partir da literatura. O estudo teve o projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE: 1508.0.000.462-11. **Resultados:** verificou-se que 34% dos indivíduos encontram-se na faixa etária de 20-29 anos, com predomínio de transtornos mentais e comportamentais (37,1%) e crimes contra a vida (35%). **Conclusão:** a população de internos é semelhante à de outras instituições com o mesmo perfil: pacientes adultos jovens, predomínio do gênero masculino, diagnósticos de transtorno mentais e comportamentais e transtornos de personalidade. **Descritores:** Diagnóstico; Crime; Psiquiatria Forense.

## ABSTRACT

**Objectives:** to trace the socio demographic profile of the interns of a forensic psychiatric penitentiary; to identify the relationship between diagnosis and crimes committed by inmates. **Method:** a retrospective study with a quantitative approach performed in a forensic psychiatric penitentiary in Paraíba, with 50 records of inmates. The data were collected through a form and the information was tabulated and analyzed from the literature. The study had the research project approved by the Ethics Committee in Research, CAAE: 1508.0.000.462-11. **Results:** it was found that 34% of the individuals were aged 20-29 years old, with a prevalence of mental and behavioral disorders (37,1%) and crimes against life (35%). **Conclusion:** the population of inmates is similar to other institutions with the same profile: young adult patients, predominantly male, diagnoses of mental and behavioral disorders and personality disorders. **Descriptors:** Diagnosis; Crime; Forensic Psychiatry.

## RESUMEN

**Objetivos:** trazar el perfil sociodemográfico de los internos de una prisión psiquiátrica forense, para identificar la relación entre el diagnóstico y los crímenes cometidos por los reclusos. **Método:** estudio retrospectivo, con abordaje cuantitativo, realizado en una cárcel psiquiátrica forense en Paraíba, con 50 prontuarios de los internos. Los datos fueron recolectados a través de un formulario y las informaciones fueron tabuladas y analizadas de la literatura. El estudio tuvo el proyecto de investigación aprobado por el Comité de Ética en Investigación, CAAE: 1508.0.000.462-11. **Resultados:** se encontró que el 34% de los individuos tienen entre 20 a 29 años, con una prevalencia de los trastornos mentales y del comportamiento (37,1%) y los crímenes contra la vida (35%). **Conclusión:** la población de internos es similar a otras instituciones con el mismo perfil: pacientes adultos jóvenes, predominantemente masculina, diagnósticos de trastornos mentales y del comportamentales y trastornos de la personalidad. **Descritores:** Diagnóstico; Crimen; Psiquiatria Forense.

<sup>1</sup>Enfermeira, Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: [emanuellakelle@hotmail.com](mailto:emanuellakelle@hotmail.com); <sup>2</sup>Enfermeira, Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: [odinelia.arantes@hotmail.com](mailto:odinelia.arantes@hotmail.com); <sup>3</sup>Enfermeiro, Professor Mestre em Saúde Pública, Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: [florencebeiro@hotmail.com](mailto:florencebeiro@hotmail.com); <sup>4</sup>Enfermeira, Professora Mestre em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: [leilafonseca@hotmail.com](mailto:leilafonseca@hotmail.com); <sup>5</sup>Enfermeira, Professora Mestre em Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: [franceand@gmail.com](mailto:franceand@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A população carcerária do Brasil possui 548.003 presos, com cerca de 287.31 presos para cada 100 mil habitantes. No que diz respeito aos estabelecimentos penais no país de 1.399 penitenciárias masculinas existentes, apenas 28 são hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.<sup>1</sup> Assim, sendo a criminalidade um fenômeno complexo, na qual apresenta múltiplos determinantes biopsicossociais, merecem atenção diferenciada as pessoas com transtorno mental autoras de delitos.<sup>2</sup>

Considerando que o direito à saúde está assegurado a todo indivíduo, às políticas de saúde devem atuar, assegurando a promoção e a proteção dos direitos humanos de forma focal e de caráter imediato, seja aos grupos vulneráveis como também aos marginalizados.<sup>3</sup>

Em 2003, foi criado o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), instituído pela Portaria Interministerial nº 1.777/2003, com o objetivo de garantir o acesso à saúde pelas pessoas privadas de liberdade (masculinas, femininas e psiquiátricas), oferecendo ações e serviços de atenção básica in loco, ou seja, dentro das unidades prisionais.<sup>4</sup>

A relação Transtorno mental grave e violência é muito complexa e, não obstante os avanços na metodologia utilizada em pesquisa psiquiátrica, o assunto continua a gerar vários debates frequentemente, visto que existe intervalo de tempo considerável entre o crime e a avaliação adequada dos sujeitos que os cometeram, incluindo seu estado mental, diagnóstico e circunstâncias ambientais.<sup>5</sup> Políticas de saúde mental e práticas clínicas atuais têm falhado em reconhecer que o comportamento agressivo e a vitimização são problemas de muitos pacientes com transtornos mentais graves.<sup>6</sup> Conseqüentemente, os serviços de atendimento não têm fornecido recursos suficientes para tratar estes problemas, aumentando o número de pacientes transferidos para serviços forenses.

No Brasil, estudos realizados avaliaram a população de internos de Instituto Psiquiátrico, na qual revelou que em relação à prática criminosa, 74% cometeram crimes de violência contra pessoas (homicídio, tentativa de homicídio e agressão) e 9% cometeram crime sexual. Desse modo, embora a literatura tenha sido escassa em relação a estudos que avaliam o perfil dos doentes mentais criminosos, acredita-se que a busca destes profissionais pelo conhecimento sejam

essenciais para o planejamento de ações de assistência dentro e fora do ambiente institucional.<sup>5,7</sup>

Na Inglaterra, alguns estudos realizados em hospitais psiquiátricos com 1.740 pacientes revelaram que há um predomínio do sexo masculino (83%) e faixa etária de 20 a 50 anos (82%), com média de 39,4 anos. Com relação aos diagnósticos formulados, foi encontrado predomínio de esquizofrenia e transtorno delirante (53%), seguido por 16% de retardo mental. Transtornos de personalidade apareceram em 41% dos casos.<sup>8</sup>

Mediante o exposto, considera-se coerente enfatizar que a criminalidade também é uma questão de saúde pública, onde as marginalizações sociais e econômicas determinam, cada vez mais, a desconsideração dos direitos humanos e da cidadania, em prol de um maniqueísta combate ao mal e à violência.

Ressalta-se ainda, a importância da realização deste estudo, em virtude da insuficiência de estudos acerca da temática, a fim de que possam subsidiar a melhoria das condições de saúde do cenário de estudo, além de suscitar nos profissionais da saúde reflexões que possibilitem o despertar de uma consciência crítica e reflexiva observado no cotidiano do sistema prisional, fazendo-se, portanto, os seguintes questionamentos: Qual o perfil sócio-demográfico dos internos de uma Penitenciária Psiquiátrica Forense? Qual a relação entre diagnóstico e crimes praticados por internos de uma Penitenciária Psiquiátrica Forense?

Ante ao exposto, o estudo tem como objetivos:

- Traçar o perfil sócio demográfico dos internos de uma penitenciária psiquiátrica forense.
- Identificar a relação entre diagnóstico e crimes praticados pelos internos.

## MÉTODO

Estudo retrospectivo, com abordagem quantitativa, realizado em uma penitenciária psiquiátrica forense, situada no município de João Pessoa/PB, Nordeste do Brasil. A amostra foi constituída por 50 prontuários de internos, depois de atender os seguintes critérios: disponibilidade de informações acessíveis e facilidade no entendimento da grafia nos prontuários. Foram excluídos os prontuários que porventura não havia possibilidade de entendimento na grafia.

Os dados foram coletados no período de julho a agosto de 2011, por meio um instrumento desenvolvido pelos

pesquisadores, constituído por duas partes: a primeira parte referente às questões sócio demográficas e a segunda abordando a relação entre diagnóstico e crimes praticados por internos.

As informações foram tabuladas e analisadas em planilhas do *Excel*<sup>®</sup>, cujos dados foram apresentados em figuras e posteriormente analisados a partir da literatura.

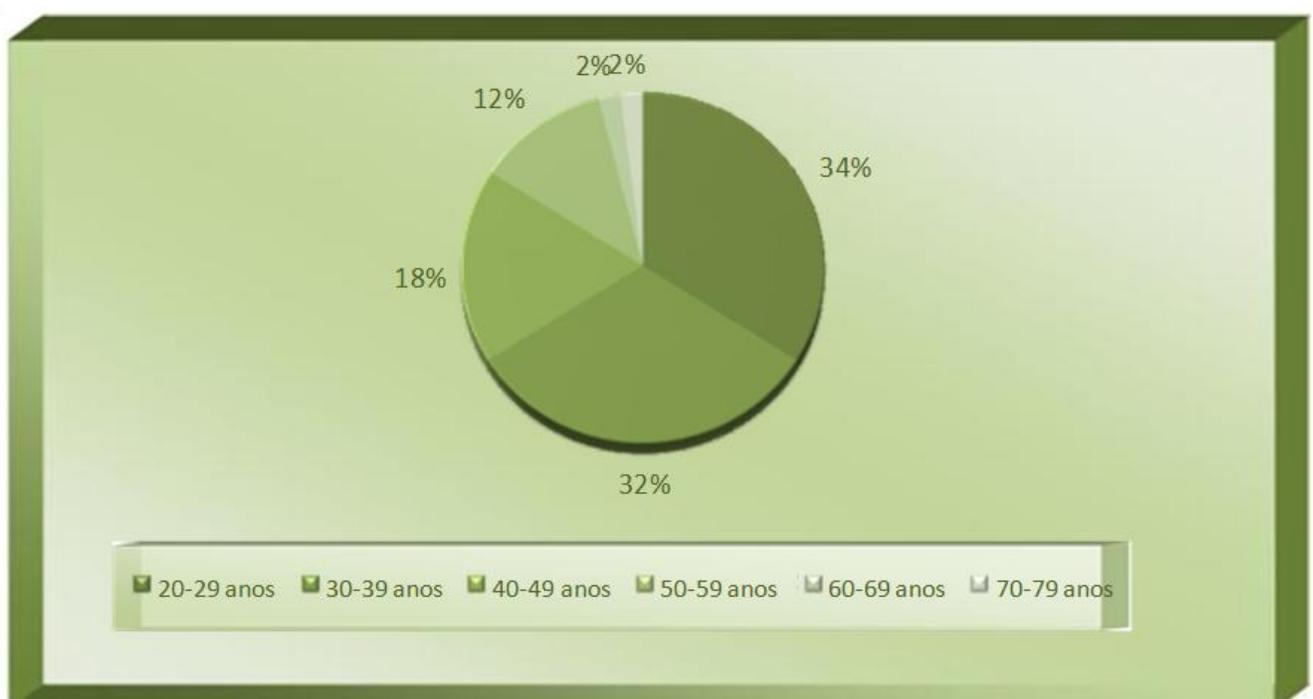
O estudo atendeu os preceitos éticos da Resolução 196/96<sup>9</sup>, do Conselho Nacional de Saúde. O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, sob nº CAAE: 1508.0.000.462-11. Por se tratar de uma pesquisa documental retrospectiva, não foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação aos dados de identificação, os resultados foram apresentados quanto à faixa etária, escolaridade, profissão e estado civil. Quanto aos diagnósticos, estes foram identificados utilizando-se dos critérios do CID-10 e os delitos cometidos que foram analisados segundo o Código Penal Brasileiro.

### • Dados de identificação

Conforme mostra a Figura 1 verificou-se que 34% dos indivíduos encontram-se na faixa



**Figura 1.** Distribuição percentual referente à faixa etária de internos de uma penitenciária de psiquiatria. João Pessoa/PB.

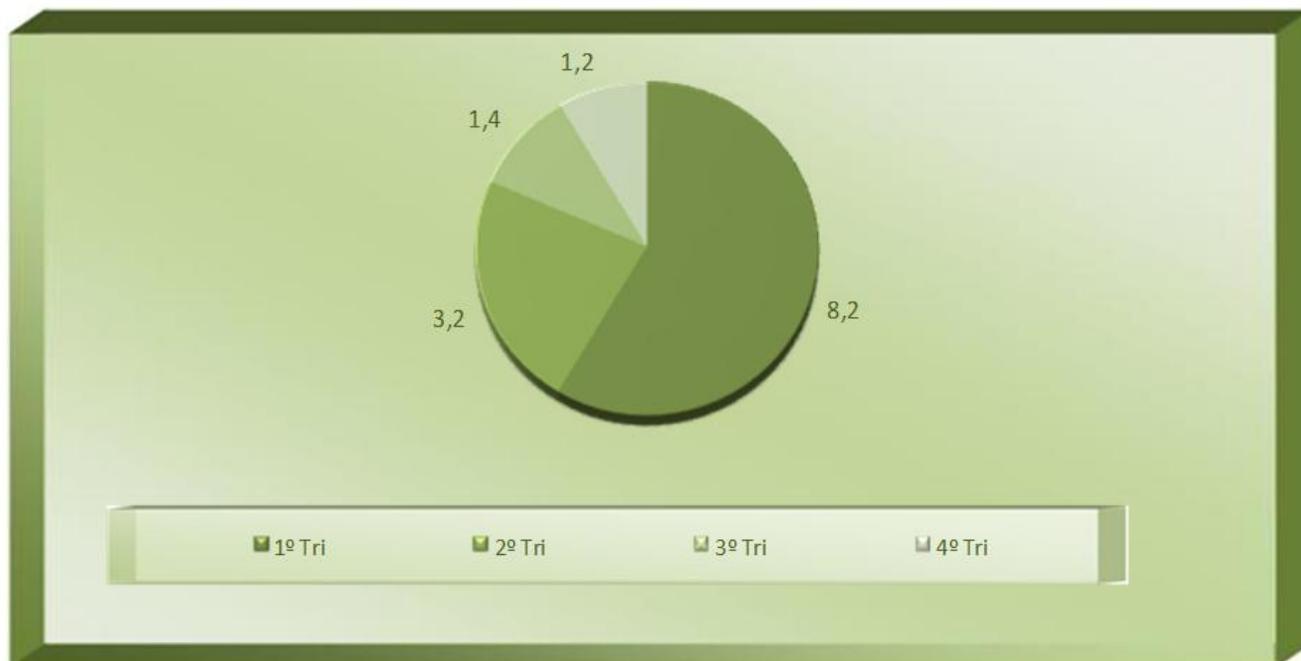


Figura 2. Distribuição percentual referente à escolaridade de internos de uma penitenciária de psiquiatria.

Constata-se na figura 2 que, dos pacientes internos de uma penitenciária de psiquiatria apenas 48% cursaram o ensino fundamental. Desse modo, o baixo grau de instrução dos internos pode ser explicado pelas suas condições em relação ao nível sócioeconômico, agravadas pelo difícil acesso a tratamentos especializados e pela limitada possibilidade para a aprendizagem devido ao transtorno mental.<sup>11</sup>

Os dados apresentados corroboram com as estatísticas registradas segundo o Infopen - Ministério da Justiça (2012), na qual de 482.073 presos, referentes ao total da população carcerária masculina no Brasil, 219.241, ou seja, 45.47% tem ensino fundamental.<sup>1</sup>

Estudo<sup>12</sup> revela que esta realidade é bastante preocupante, quando afirmam que apenas um, em cada dez detentos brasileiros participam de atividades educacionais oferecidas nas prisões.

Apesar da pequena amostra de internos com nível superior (4%), uma suposição que pode ser feita é que quanto maior o nível de escolaridade, maior a condição socioeconômica do interno e, conseqüentemente, maiores as condições de acesso a tratamento psiquiátrico especializado, o que diminui as chances de envolvimento em conflitos e práticas delituosas.<sup>13</sup>

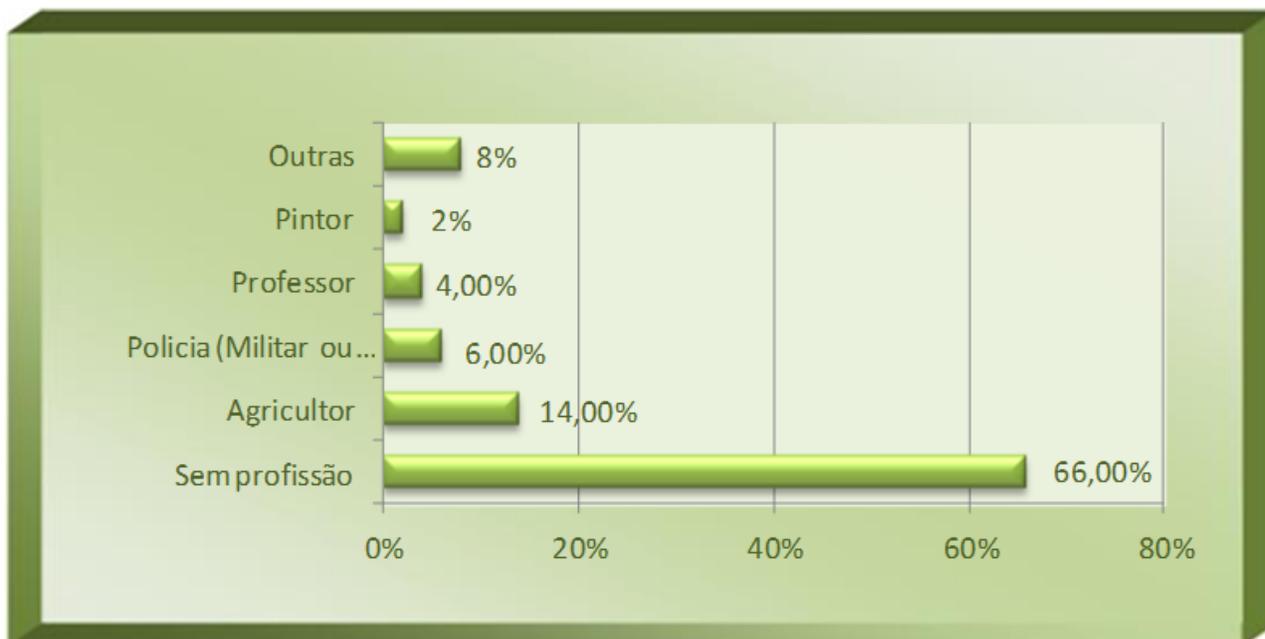


Figura 3. Distribuição percentual referente à profissão de internos de uma penitenciária de psiquiatria.

No que tange as profissões exercidas pelos pacientes internos de uma penitenciária psiquiátrica forense antes de estarem cumprindo a sentença, evidencia-se que 66% deles não exerciam nenhuma profissão, fato este preocupante, pois o trabalho ocupa a

mente e dignifica o homem, como consta na nossa constituição.

Desse modo, pode-se identificar que o fato dos internos da penitenciária não possuírem nenhuma profissão associado com a faixa etária entre 20-29 anos, quando cometeram os

delitos, mostra que a ausência de uma profissão definida pode está relacionada à doença mental que eles possuem, fazendo com que se tornem improdutivo e até incapaz.<sup>14</sup>

Estudos realizados<sup>15</sup> enfatizam que as famílias que convivem com uma pessoa portadora de psicose se invadem constantemente nos sentimentos e

pensamentos do paciente com transtorno mentais. Percebe-se que no relacionamento familiar o paciente, muitas vezes, força a família a realizar coisas em seu favor, e o familiar fica sem saber como comportar-se diante de manifestações como delírios de perseguição, confusão mental, gastos excessivos e cobranças.

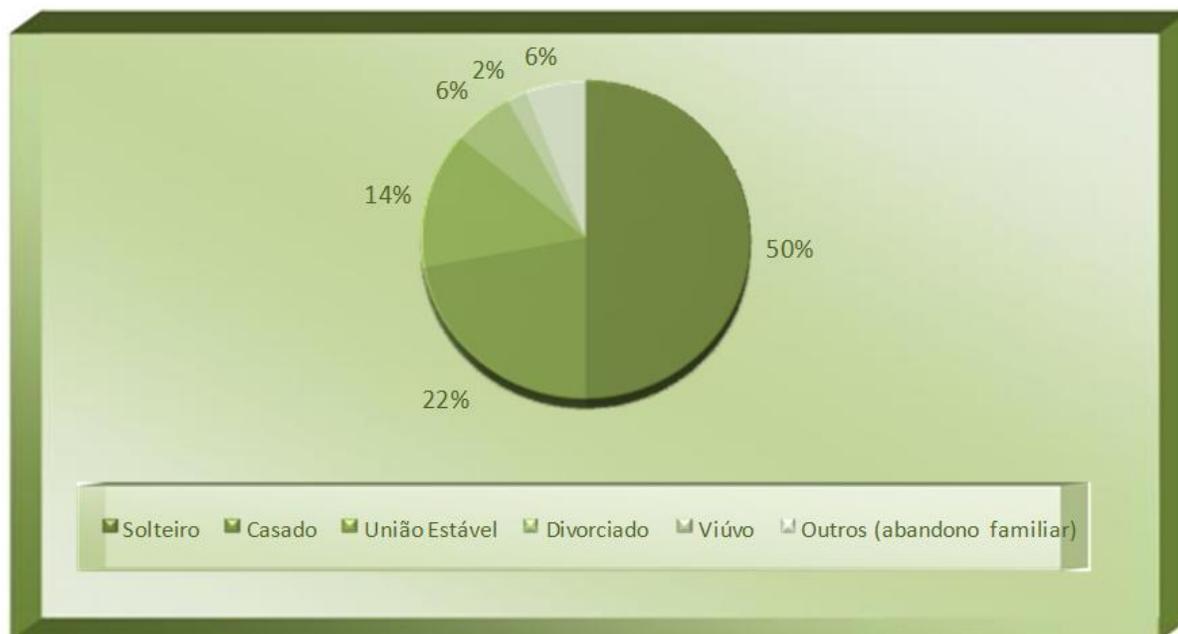


Figura 4. Distribuição percentual referente ao estado civil de internos de uma penitenciária de psiquiatria.

Evidencia-se na figura 4, que dos participantes da amostra 50% são solteiros. Dados do Infopen revelam que do total da população carcerária masculina no Brasil correspondente a 482.073 presos, 136.74 são solteiros, mostrando que o estado civil já citado, prevalece nos apenados<sup>1</sup>.

Esses dados corroboram com estudos realizados em sete regiões da Inglaterra no serviço psiquiátrico forense de média segurança, na qual avaliou 2.608 pacientes admitidos em instituições. Os resultados mostraram predomínio de população masculina e de solteiros.<sup>16</sup>

Há estudos que mencionam o elevado percentual de indivíduos classificados como solteiros, devido ao fato dos internos não terem uma verdadeira situação conjugal, pois, mesmo tendo uma companheira, podem ter sido classificados como solteiros.<sup>17</sup>

• **Dados referentes à relação do diagnóstico psiquiátrico com os crimes praticados**

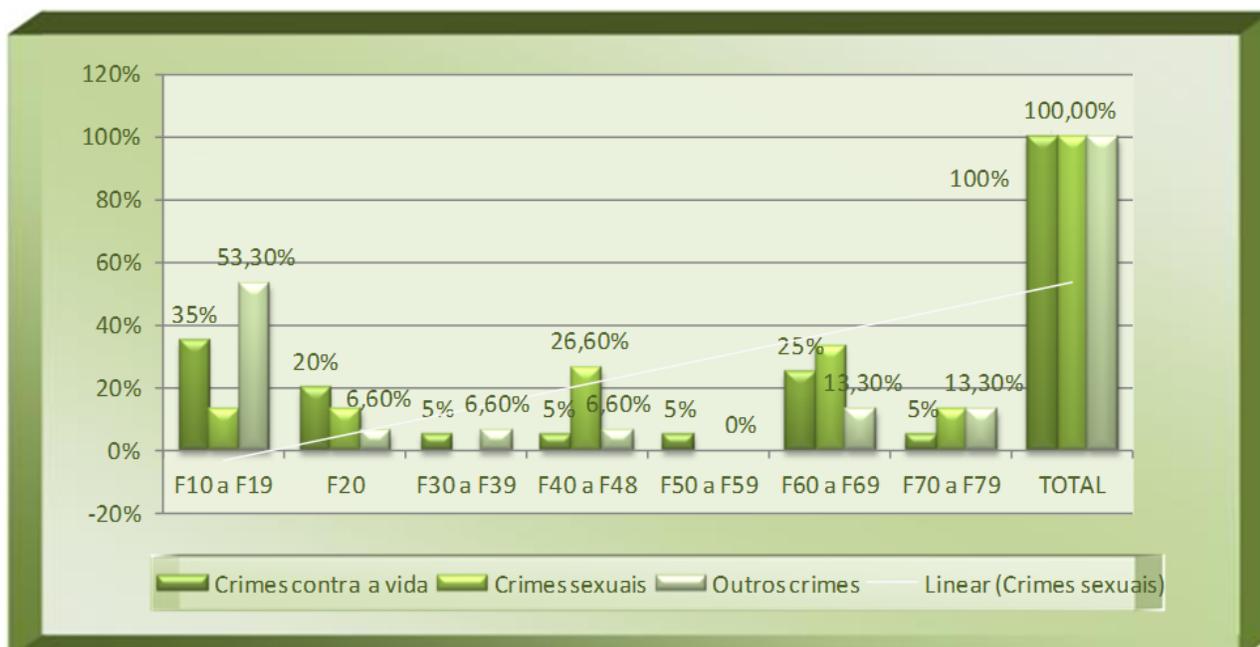


Figura 5. Distribuição percentual referentes à relação do diagnóstico psiquiátrico com os crimes praticados.

Relacionar distúrbios psiquiátricos e criminalidade há muito tempo tem sido tema de vários estudos internacionais, porém, no Brasil esses dados são escassos. Estimativas recentes revelam que 8% a 12% da população carcerária americana sofrem um sério transtorno mental.<sup>18</sup>

A distribuição do diagnóstico psiquiátrico foi retirada do último parecer realizado na instituição e anexado no prontuário estudado, considerando os critérios de diagnósticos adotados pela décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10)<sup>19</sup>.

Desse modo, o que se observa é o predomínio de transtornos mentais e comportamentais 37,1% dos internados, devido ao uso de substâncias psicoativas, na qual incluem intoxicação aguda (F10.0), uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas (F19.0). Outra categoria presente foi a dos transtornos de personalidade e do comportamento do adulto (F60 a F69), apresentando 18 casos, equivalente a um total de 29%.

Quando se refere à distribuição dos crimes cometidos, estes foram divididos de acordo com o Código Penal Brasileiro em três categorias: crimes contra a vida, como homicídio e lesão corporal; crimes sexuais, como estupro e atentado violento ao pudor, e outros crimes, como assalto, tráfico de drogas, receptação, e arrombamento.

Neste estudo, observou-se maior predomínio dos crimes contra a vida, com 20 indivíduos (35%), sendo o grupo dos pacientes com transtornos mentais e comportamentais, devido ao uso de substâncias psicoativas (F10 a F19) aparecendo com maior frequência.

Trata-se de algo em parte esperado, pois crimes de maior gravidade implicam pena de reclusão segundo o Código Penal. Portanto, criminosos inimputáveis que cometeram esse tipo de crime devem, pela lei, ficar sob custódia em regime de internação. Esse achado também está de acordo com a literatura científica internacional, na qual foi encontrado predomínio de crimes do tipo homicídio e outras violências, realizados por indivíduos com transtornos mentais e comportamentais, devido o uso de substâncias psicoativas.<sup>8</sup>

Um estudo de Taylor<sup>8</sup> encontrou forte associação entre sintomas psicóticos e comportamento violento recente, já que 93% dos indivíduos apresentavam sintomatologia psicótica quando cometeram estes crimes e 47% foram “definitivamente” ou “provavelmente” motivados por estes crimes.

Ressalta-se ainda, que o grupo de transtornos da personalidade e do comportamento do adulto, na qual se destaca o diagnóstico (F60.2) apresentou maior porcentagem em relação aos crimes sexuais com 33,4%, e dentre esses, três casos, as vítimas tinham idade inferior a 14 anos.

Esses achados corroboram com estudos realizados<sup>20</sup> que avaliaram 65 crimes sexuais praticados por indivíduos com transtornos da personalidade e do comportamento do adulto e verificaram que dois terços das vítimas tinham idade inferior a 16 anos. Assim, pode-se identificar que a baixa faixa etária da vítima sugere que a mesma poderia oferecer menor resistência ao agressor. Além disso, pode especular que, indivíduos com transtornos da personalidade e do comportamento do adulto, talvez por identificação, aproximem-se de crianças criando uma intimidade com elas e, de tal intimidade, saltando para atos de conteúdo sexual e agressivo.<sup>11</sup>

## CONCLUSÃO

Os resultados do estudo mostraram que a população de internos da penitenciária forense examinada é semelhante às de outras instituições, inclusive de outros países com o mesmo perfil: pacientes adultos jovens, predominando o gênero masculino e os diagnósticos de transtorno mentais e comportamentais e transtornos de personalidade e do comportamento do adulto.

Os achados em relação ao perfil sócio-demográfico e a relação entre diagnóstico e crimes praticados por internos, indicam que aspectos da vítima têm papel importante no crime e deverão ser foco de trabalhos futuros mais aprofundados. Além disso, conhecer as características dos pacientes internos é de suma importância para melhorar a capacidade de detectar e lidar com o interno, a fim de planejar futuras políticas de assistência, avaliação de risco e prevenção da violência.

A escassez de publicações sobre a temática dificulta na conscientização acerca do real problema da saúde desses internos, além de restringir a difusão do conhecimento à sociedade. Portanto, convém ressaltar a importância da realização de novos estudos, abordando populações psiquiátricas específicas relacionadas aos crimes praticados, além de que os estudos poderão subsidiar informações ao processo de identificação de risco e à prevenção da violência cometida por pessoas com transtornos mentais graves.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Justiça. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias [Internet]. 2012 [cited 2013 Mar 21]. Available from: <http://www.infopen.gov.br/>
2. Chalub MT, Lisieuxl B. Álcool, drogas e crime. Rev bras psiquiatr [Internet]. 2007 Oct [cited 2013 Mar 25]; 28 (2Suppl):69-73. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S15164446200600600004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S15164446200600600004&script=sci_abstract&tlng=pt)
3. Arruda AJCG, Oliveira MHB, Guilam MC, Costa TF, Leite I F, Costa KNFM. Saúde atrás das grades: sob a óptica dos apenados em regime fechado. Rev Enferm UFPE on line [Internet]. 2012 Dec [cited 2013 Mar 16];6(12):2884-92. Available from: [http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/3430/pdf\\_1722](http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/3430/pdf_1722)
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
5. Teixeira EH, Pereira MC, Rigacci R, Dalgalarro P. Esquizofrenia, psicopatologia e crime violento: uma revisão das evidências empíricas. J bras psiquiatr [Internet]. 2007 [cited 2012 Nov 10]; 56 (2): 127-33. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v56n2/a09v56n2.pdf>
6. Hodgins S, et al. Mental disorder and crime: evidence from a Danish birth cohort. Arch Gen Psychiatry [Internet]. 1999 [cited 2012 Aug 21];53(6):489-96. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8639031>
7. Tabora JGV, Cardoso RG, Morana HCP. Forensic psychiatry in Brazil. Int J Law Psychiatry, 23(5-6): 579-88, 2000.
8. Taylor PJ, Leese M, Williams D, Butwell M, Daly R, Larkin E. Mental disorder and violence (a special high-security hospital study). Br J Psychiatry [Internet]. 1998 [cited 2012 Aug 21];172(1): 218-26. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9614470>
9. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996: aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. 83-91p.
10. Black DW. Bad boys, bad men: confronting antisocial personality disorder. New York: Oxford University; 1999.
11. Teixeira EH, Dalgalarro P. Crime, diagnóstico psiquiátrico e perfil da vítima: um estudo com a população de uma casa de custódia do estado de São Paulo. J Bras Psiquiatr [Internet]. 2006 [cited 2013 Aug 21];55(3):192-94. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n3/v55n3a03.pdf>
12. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Levantamento mostra escolaridade dos presidiários no País. [Internet]. Brasília; 2012. [cited 2013 Apr 10]. Available from:
13. Gauer GJC et al. Inimputabilidade: estudo dos internos do Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso. Rev Psiquiatr RS [Internet]. 2007 [cited 2013 Aug 21];29(3):286-93. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v29n3/v29n3a08.pdf>
14. Abreu PSB, Paula LV; Klafke A; Rosa AB; Terrazas TL; Silva MS. Fardo do paciente psiquiátrico crônico na família. Rev ABP-APAL [Internet]. 2008 Apr/June [cited 2013 Jan 10];13(2):49-52. Available from: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=123236&indexSearch=ID>
15. Teixeira EH, Dalgalarro P. Risco de violência e precariedade de recursos assistenciais para casos agudos. J bras psiquiatr [Internet]. 2006 [cited 2012 Oct 27]; 54 (3): 192-94. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852006000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852006000300003)
16. Coid J, Kahtan N, Gault S, Cook A, Jarman B. Medium secure forensic psychiatry services: comparison of seven English health regions. Br J Psychiatry [Internet]. 2001 [cited 2013 Aug 21]; 178(1):55-61. Available from: <http://bjp.rcpsych.org/content/178/1/55.short>
17. Meleiro A, Teng CT. Fatores de risco de suicídio. In: Meleiro A, Teng CT, Wang YP. Suicídio: estudos fundamentais. São Paulo: Segmento Farma; 2004. p. 109-31.
18. Moscatelo R. Comparação entre diagnóstico psiquiátrico e delito cometido em 100 pacientes do Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. Rev bras psiquiatr [Internet]. 1999 Apr/June [cited 2013 Feb 27];21(2):131-31. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44461999000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000200013)
19. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10. Porto Alegre: Artmed; 1993. 352p.
20. Noreik K, Grunfeld B. Mental retardation and sexual abuse: 65 mentally retarded men submitted to forensic psychiatric examination because of sex offences. Tidsskr Nor Laegeforen [Internet]. 1993 [cited 2013 Feb 27];113(16): 2003-5. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8322353>

Submissão: 07/07/2013

Aceito: 01/09/2013

Publicado: 01/01/2014

### Correspondência

Emanuella Kelle Veras de Lima  
Av. Ivo Pereira Lima, S/N  
Bairro São Francisco  
CEP: 58778-000 – Aguiar (PB), Brasil